



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CURSO DE ECONOMIA

*A POLÊMICA EM TORNO DO CONCEITO DE
RESERVA EXTRATIVISTA
ENQUANTO ATIVIDADE ECONÔMICA SUSTENTÁVEL*

ORMIFRAN PESSOA CAVALCANTE

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Economia da Universidade Federal do
Acre, como requisito para a obtenção do grau de
Bacharel em Economia.

ORIENTADOR: PROF.º REGINALDO FERNANDO FERREIRA DE CASTELA

RIO BRANCO-ACRE
OUTUBRO - 1993

***UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CURSO DE ECONOMIA***

ORMIFRAN PESSOA CAVALCANTE

***A POLÊMICA EM TORNO DO CONCEITO DE RESERVA EXTRATIVISTA
ENQUANTO ATIVIDADE ECONÔMICA SUSTENTÁVEL***

***RIO BRANCO-ACRE
OUTUBRO - 1993***

RESUMO

A POLÊMICA EM TORNO DO CONCEITO DE RESERVA EXTRATIVISTA ENQUANTO ATIVIDADE ECONÔMICA SUSTENTÁVEL*

Palavras-chave: sustentável – extrativismo – seringueiro

Diante da grande polêmica sobre a sustentabilidade das reservas extrativistas, procura-se situar as diversas posições de pesquisadores e acadêmicos, sindicalistas rurais, ecologistas e seringueiros.

Inicia-se com uma retrospectiva histórica da economia extrativista da borracha, compreendida entre meados do século XIX e a segunda metade do século XX, quando são criadas as reservas extrativistas.

Como etapa anterior e necessária na discussão, faz-se um apanhado de diversos conceitos de desenvolvimento sustentável, para então dar encadeamento aos principais posicionamentos, tanto favoráveis quanto contrários, à sustentabilidade das reservas; discutir as dificuldades enfrentadas pelos seringueiros e algumas propostas de superação desses entraves.

Situar a polêmica sobre a sustentabilidade das reservas extrativistas pode orientar trabalhadores rurais e comunidade em geral na compreensão da proposta de sustentabilidade, em seus aspectos econômicos, sociais, ecológicos, culturais.

ABSTRACT

The Controversy About the Concept of the Extractive Reserve as an Economic Activity

Key words: sustainable, extrativism, rubber tapper

Given the intense controversy about the sustainability of extractive reserves, the goal of this monograph is to present the diverse positions of academic researchers, rural union workers, ecologists, and rubber tappers. The monograph initiates with a historical perspective of the economics of rubber extraction between the mid-1800s to the late 1900s when extractive reserves were created. The diverse concepts linked to sustainable development are discussed in the context of the sustainability of extractive reserves. Also outlined are the difficulties faced by rubber tappers as well as some proposals to overcome these difficulties. This analysis of the controversy about the sustainability of extractive reserves may help those working for a better society to understand the multiple aspects of sustainability.

* Resumo publicado nos Anais da 47ª Reunião Anual da SBPC, Volume II, Comunicações, 1995, p.189.

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| CAPÍTULO I: Da luta pela posse da terra à criação das Reservas Extrativistas | 8 |
| CAPÍTULO II: O conceito de desenvolvimento sustentável e a Reserva Extrativista | 16 |
| CAPÍTULO III: A polêmica em torno do conceito de Reserva Extrativista como atividade econômica sustentável | 22 |
| 3.1 – Debatendo as críticas | 29 |
| CONCLUSÃO | 38 |
| REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS | 41 |
| ANEXOS | |

INTRODUÇÃO

Após a criação das reservas extrativistas, observa-se uma grande preocupação com a possibilidade das mesmas cumprirem seu objetivo, qual seja, o de constituir-se em modelo de desenvolvimento viável para a região amazônica e para a população que a habita. O resultado das preocupações gera um debate rico e incessante que vai desde o seringueiro da reserva e fora dela até intelectuais das mais variadas formações acadêmicas, no âmbito nacional e internacional.

O objetivo do presente trabalho é apresentar as diversas posições acerca da sustentabilidade das reservas extrativistas, tentando situar a polêmica de forma a contribuir com a busca de alternativas econômicas que permitam ao homem e à floresta amazônica reproduzirem-se de forma sustentável.

No Capítulo I faz-se um histórico da trajetória de luta dos seringueiros e da economia extrativista da borracha, compreendido entre meados do século XIX até a segunda metade deste século, quando foram criadas as reservas extrativistas.

A reserva extrativista, enquanto proposta, surgiu em 1985, durante o 1º Encontro Nacional de Seringueiros. Contudo, a demarcação das mesmas, a partir de 1987 (neste momento foram aprovados apenas os Projetos de Assentamentos Extrativistas), foi resultado do movimento organizado dos seringueiros e dos sindicatos de trabalhadores rurais, que vinham se estabelecendo e criando força de luta desde meados da década de 60, particularmente no Estado do Acre.

O Capítulo II aborda o conceito de desenvolvimento sustentável em um debate amplo, contudo não conclusivo e com o intuito de alicerçar a polêmica sobre a sustentabilidade econômica das reservas. Procura-se evidenciar a relação entre os conceitos de desenvolvimento sustentável e reserva extrativista.

Na última parte faz-se um encadeamento das diversas opiniões sobre a sustentabilidade das reservas extrativistas, apresentado em documentos, entrevistas, seminários, entre outros. Demonstra-se os principais posicionamentos, onde são levantadas as dificuldades enfrentadas pelos seringueiros, bem como propostas para superar esses entraves.

Também são discutidas perspectivas contrárias à viabilidade econômica da reserva extrativista e ao extrativismo como modelo de desenvolvimento adequado à região amazônica.

CAPÍTULO I

DA LUTA PELA POSSE DA TERRA À CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

O desenvolvimento industrial, particularmente do setor da indústria de artefatos de borracha, ocorrido em meados do século XIX, veio dar novo impulso ao extrativismo dessa matéria-prima, na Amazônia. O extrativismo da borracha que até então caracterizava-se pelo nomadismo condicionado pela atividade predatória da extração do látex, passou a basear-se numa ocupação permanente das terras. O caminho ascendente da produção gumífera na Amazônia, a partir de 1850, contribuiu para determinar a ocupação de novas áreas para a coleta e a incorporação de um maior contingente de mão-de-obra. Benchimol apud Costa Sobrinho (1992) estimou que no período de 1850 a 1915, 350 mil nordestinos se estabeleceram na região.

Segundo Duarte (1987):

No período de 1851/1860, as exportações de borracha da Amazônia atingiram 19.383t; de 1871/1880 chegaram a 60.225t; de 1881/1890, alcançaram 110.048t. Na década seguinte, chegaram a 213.755t.

Tais dados podem dar uma idéia do caminho ascendente da produção gumífera a partir de 1850, citado acima.

É importante destacar que, segundo Costa Sobrinho (1992), os principais estimuladores do ciclo gumífero nessa época (1850 em diante) foram a Inglaterra e os E.U.A., que através das praças importadoras de Liverpool e New York, determinaram os cursos da economia extrativista da borracha. (Santos apud Costa Sobrinho, 1992). Portanto, pode-se dizer que o capital privado e o Estado nacional tiveram um papel secundário no que diz respeito aos investimentos na Amazônia, no processo de expansão da economia extrativa da borracha.

Embora o controle do processo de geração e apropriação do excedente fosse monopolizado pelos agentes do grande capital internacional, a dinâmica das relações internas permanecia regida por uma trama típica do capital mercantil – o de imobilizar a força de trabalho e perpetuar sua utilização e exploração na atividade extrativa. Também era proibido nas colocações dos seringueiros o cultivo de agricultura de subsistência, a caça e a pesca.

Em 1915, entrou no mercado mundial a produção de borracha de cultivo oriunda dos seringais asiáticos, o que, devido à impossibilidade de concorrência, fez declinar a produção de borracha nativa da Amazônia. Esse fato trouxe como consequência um arrefecimento do controle do seringalista, permitindo ao seringueiro fazer agricultura de subsistência, bem como explorar atividades primárias comerciais, como castanha, madeira, e outros. Assim, os seringueiros foram ganhando autonomia no processo de produção através do posseamento e do acesso parcial a alguns meios de produção . (Oliveira, 1985).

Durante a II Guerra Mundial (1942-1945), a economia extrativa da borracha no Acre recebeu novo estímulo, inclusive contando com os “soldados da borracha”, quando o sistema de controle da produção do seringueiro obrigou-o a dedicar-se exclusivamente à extração do látex.

Segundo Costa Sobrinho (1992), o Estado, por um período curto (1945-50), passou a monopolizar a compra e venda da borracha, a regulamentar as relações de trabalho no interior dos seringais, até como consequência das pressões internacionais.

Após a II Guerra Mundial voltou-se ao dilema da impossibilidade de concorrência da borracha nativa com a borracha dos seringais do Oriente.

É importante ressaltar que, segundo Costa Sobrinho (1992), a predisposição à subordinação da força de trabalho oriunda do chamado 2º movimento imigratório (os soldados da borracha, 1942-1945) era muito inferior à capacidade de subordinação aos interesses do patrão ou do seringalista no chamado 1º movimento imigratório (os nordestinos, na década de 1870), isto é, neste primeiro movimento tinha-se trabalhadores do campo e do sertão nordestino, sem conhecimento dos seus direitos individuais. No segundo movimento imigratório incorporou-se trabalhadores urbanos das várias profissões e já conhecedores de seus direitos, portanto, arredios às formas de exploração do regime de trabalho no seringal. A relevância da explicitação acima está no fato de permitir uma melhor compreensão do desenrolar da luta pela posse da terra envidada por seringueiros que tomou vulto a partir de meados da década de 1970, como será exposto a seguir.

Em 1969-1970 uma boa parte dos seringais nativos entrou em processo de desativação como consequência da nova direção que toma o investimento estatal, isto é, ao maciço incentivo que passou a ser dado à implementação da atividade pecuarista no Acre. Esse novo modelo econômico, embutido, por sua vez, no processo de modernização

pensado para a Amazônia, através da SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), BASA (Banco da Amazônia S.A.), FIDAM (Fundos para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia), por exemplo, trouxe profundas transformações na estrutura econômica de base extrativa.

Deve-se salientar que a expansão extensiva do capitalismo para a Amazônia desestruturou e modificou significativamente a relação típica do seringal, o aviamento, fazendo surgir novas relações de produção, alterando o ser das frações de classe e suas relações. O seringueiro tradicional trasmuta-se em seringueiro autônomo, posseiro, pequeno proprietário e trabalhador assalariado; o seringalista mantém-se nas regiões mais interiores ou transforma-se em fazendeiro e comerciante urbano; aparecem o grande fazendeiro e o parceleiro do INCRA; crescem a pequena burguesia do comércio, dos serviços e do Estado, e operariado urbano, na esteira da urbanização precoce. (Oliveira apud Rêgo, 1992)

A desativação dos seringais e a implantação da pecuária extensiva de corte veio propiciar a formação de contingentes livres de posseiros, seringueiros, arrendatários, que, ao não mais permanecerem ligados ao trabalho rural, migram para as periferias das cidades, onde passam a viver em condições precárias.

No entanto, a maioria desses trabalhadores rurais permanecem nos seringais, muitos deles tornando-se seringueiros autônomos em relação aos seringalistas ou arrendatários. É exatamente essa categoria – seringueiros autônomos – que encabeçou um movimento de resistência contra uma atividade altamente predatória, a pecuária, e contra a expulsão dos extrativistas de suas colocações pelos fazendeiros e empresários sulistas.

Se antes de 1970, ou seja, antes da implementação da pecuária tipicamente capitalista, a luta dos seringueiros era por mais liberdade nas relações semi-escravistas de produção nos seringais, agora ela transmutou-se para a luta pela posse da terra, pela manutenção da floresta ameaçada pelas imensas pastagens, e na resistência a se tornarem favelados nas periferias urbanas.

No outro extremo do conflito estavam os paulistas, que esticavam as propriedades através de fraudulentos registros dos títulos em cartório e procuravam “limpar as terras” de índios, posseiros e seringueiros e para isso contavam com advogados,

juizes, policiais, jagunços. Um dos métodos bastante usados pelos fazendeiros para expulsar os seringueiros das terras era o desmatamento dos seringais.

Baseando-se em Duarte (1987), o movimento de resistência dos seringueiros contou com a contribuição em primeiro lugar da Igreja Católica, que iniciou já em 1963 um trabalho de esclarecer os trabalhadores rurais sobre seus direitos. Com a criação da Comissão Pastoral da Terra, o apoio ficou ainda mais fortalecido. Uma outra instituição que veio dar suporte à luta dos seringueiros foi a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), com instalação de sua Delegacia Regional em Rio Branco, em julho de 1975. A sua atuação, além de ter sido no sentido de esclarecer sobre os direitos do trabalhador rural e dar assistência jurídica aos injustiçados, também objetivou organizar os sindicatos. Pode-se afirmar que a CONTAG obteve sucesso na sua prática, uma vez que em menos de três anos de atuação já haviam sido criados sindicatos em quase todos os 12 municípios acreanos.

A partir do impulso dado ao movimento dos seringueiros por essas duas instituições e, principalmente da predisposição e mesmo experiência de luta dos seringueiros, os sindicatos de trabalhadores rurais criaram várias formas de luta contra o desmatamento provocado pelo fazendeiro e contra a conseqüente expulsão da terra. A principal forma de luta foi o empate, ou seja, o impedimento ao desmatamento dos seringais. Como exemplo tem-se, em 1975, um empate ocorrido em Brasiléia, no Seringal Carmem, onde seringueiros armados impediram a derrubada que vinha sendo feita na área. Segundo Duarte (1987), naqueles espaços onde a pecuária ia se instalando com mais facilidade, era onde os sindicatos se tornavam mais atuantes e fortes, como foi o caso de Xapuri, Brasiléia e Rio Branco.

Para ilustrar o processo de sindicalização do movimento dos trabalhadores rurais, Duarte (1987, p. 74) reafirma:

Com isso, mesmo nos seringais tradicionais, aos poucos, devido a atuação da Igreja, da CONTAG e dos sindicatos, os regulamentos dos seringais vão cedendo lugar à lei. Por isso, a organização dos trabalhadores não é bem vista pelos seringalistas. Tampouco pelos pecuaristas vindos do Sul.

A ação agressiva dos fazendeiros se concretizava nas inúmeras ameaças e mesmo violências cometidas contra líderes sindicais e seringueiros. Os conflitos chegaram

ao máximo quando em julho de 1980 foi assassinado o presidente do STR de Brasília, Wilson de Souza Pinheiro.

Desde já, é importante observar que, de acordo com Duarte (1987), a luta dos seringueiros pela defesa da terra não se deu com o intuito de defender a propriedade privada, e sim de defender a preservação da floresta e o direito de usufruto dela, ou melhor, lutar pela manutenção dos seringais, para os seringueiros, era lutar pela própria vida.

Segundo Chico Mendes, a reforma agrária do INCRA, com base no Estatuto da Terra, não servia para o seringueiro. (Costa Sobrinho, São Paulo em Perspectiva, 1992) Tentou-se regularizar a posse da terra baseando-se no Estatuto da Terra, que assegurava direito à posse desde que o posseiro tivesse trabalhado na terra por mais de um ano e um dia. No entanto, a justiça só considerava o pedaço de terra que fosse cultivada, onde havia o barracão e outras benfeitorias, ou seja, aproximadamente 100 ha, portanto, não interessava ao seringueiro, já que este necessitava das estradas de seringa, o que compreendia, na maioria das vezes, mais de 300ha de terra.

A ação do governo, ainda segundo Duarte (1987), era incompetente para solucionar os conflitos. O mesmo autor concluiu que as ações desenvolvidas através dos órgãos federais ou diretamente pelo Governo do Estado foram contraditórias e paliativas, ou seja, enquanto procurava dar apoio a produção da borracha facilitava a especulação de fazendeiros e destinava, de forma majoritária, incentivos fiscais e financeiros ao desenvolvimento da pecuária.

Após o assassinato de Wilson Pinheiro, os seringueiros, vendo a ineficiência da justiça para punir o autor do crime, resolveram fazer justiça com as próprias mãos, o que levou a polícia a reprimir e prender os trabalhadores rurais de Brasília que estivessem de alguma forma envolvidos no movimento de resistência aos fazendeiros.

O resultado desse episódio foi um relativo refluxo da luta e da combatividade dos seringueiros de Brasília, quando Xapuri passou a ser novo eixo da resistência. A atuação do líder Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, favoreceu a criação do sindicato, em abril de 1977, a partir também da experiência de sua participação no movimento sindical de Brasília. Com o decorrer das discussões, notou-se que só com resistência firme dos seringueiros se poderia conseguir defender suas vidas e a própria floresta.

Em 1979 surgiu então a idéia do STR de Xapuri realizar um trabalho de educação popular, que em 1981 tomou corpo no Projeto Seringueiro. Tal projeto visava desenvolver uma ação educativa de fortalecimento do movimento. O trabalho de educação, segundo Chico Mendes, “contou para o avanço maior da consciência dos seringueiros na luta” . (Costa Sobrinho, FASE, 1989)

O movimento de resistência aos desmatamentos para implementação do novo modelo econômico para a Amazônia – a pecuária – precisava apresentar uma outra alternativa para os que sobreviviam da floresta. Foi assim que surgiu a proposta do 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, para discutir com todos os seringueiros da região os caminhos a seguir. O Encontro aconteceu em outubro de 1985, em Brasília, e contou com o apoio financeiro do INESC (Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos), do Pró-Memória do Ministério da Cultura e também da OXFAM (organização não-governamental inglesa de apoio a projetos sociais no Terceiro Mundo). Também foi fundamental o apoio de Mary Allegretti, antropóloga ligada ao INESC, que participou da formulação do Projeto Seringueiro, e dedicou grandes esforços de trabalho ao movimento dos seringueiros a partir de 1980, aproximadamente. No Encontro foi criado o Conselho Nacional de Seringueiros-CNS, sendo assim descrito por Chico Mendes:

A história do CNS começa exatamente com a preocupação que a gente começou a enfrentar na luta contra o desmatamento, na busca de uma proposta alternativa e para garantir a defesa da floresta amazônica. (Costa Sobrinho, FASE, 1989).

O Conselho foi sendo instituído aos poucos, sendo formada uma diretoria ainda provisória, mesmo depois de seu registro efetuado.

Dentro das propostas aprovadas no 1º Encontro Nacional dos Seringueiros surgiu uma que seria a alternativa econômica e ecológica para justificar a luta contra o desmatamento na Amazônia: a reserva extrativista. A proposta foi aprovada nos seguintes termos: “definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas asseguradas ao uso pelos seringueiros”. (item 4 na relação de propostas referentes à Reforma Agrária, aprovada no 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, 1985)

Pode-se observar que a luta pela permanência do trabalhador na mata, ou seja, pela posse do meio de sobrevivência, a terra, passa a se combinar com um movimento mais geral e de caráter ecológico. Dessa combinação – luta pela sobrevivência e defesa

ecológica – resultou no apoio de diversas entidades do movimento ambientalista internacional, e mesmo nacional, dada a resistência dos seringueiros no Acre.

Em nível interno, a luta dos seringueiros relacionou-se com outros movimentos, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A CUT – Central Única dos Trabalhadores, em seu III Congresso, aprovou tese nº 16 do STR de Xapuri, sobre a campanha em defesa da Amazônia. Outro segmento importante para o fortalecimento do movimento foi o indígena, que em 1988 chegou a participar também de empates.

Segundo Chico Mendes (Costa Sobrinho, FASE, 1989), “o ponto básico de apoio do movimento foi o IEA – Instituto de Estudos Amazônicos [...]. Hoje eles fazem uma articulação a nível nacional e internacional com relação ao CNS”.

Vale salientar que o apoio de alguns segmentos da sociedade brasileira só veio ocorrer após o empenho de movimentos ambientalistas e da imprensa internacionais.

A reação dos fazendeiros pecuaristas em nível local foi sempre violenta, com ameaças a seringueiros e líderes sindicais rurais, e até assassinatos. Entre Brasiléia e Xapuri, segundo dados fornecidos por Chico Mendes (Costa Sobrinho, FASE, 1989) de 1975 a 1988, foram realizados 45 movimentos de empate, foram realizadas aproximadamente 400 prisões, umas 40 torturas e assassinatos também. O poder de reagir dos fazendeiros locais foi reforçado ainda mais com a instalação da UDR (União Democrática Ruralista) no Acre, em abril de 1988, a qual mostrou logo a quem veio.

Em Xapuri, por exemplo, começaram os primeiros ataques, com a presença de grande número de pistoleiros da cidade, exatamente para combater a resistência dos seringueiros. A estratégia da UDR foi assassinar os principais líderes sindicais. Assim, em 22 de dezembro de 1988, o fazendeiro Darli Alves assassinou a tiros de escopeta um dos principais líderes sindicais dos trabalhadores rurais do Estado do Acre: Chico Mendes.

A repercussão de sua morte foi enorme. De todos os cantos do planeta surgiram gritos de revolta e pela punição dos assassinos. Quando o próprio Chico Mendes, ainda vivo, citava a morte de Wilson Pinheiro em Brasiléia como uma lição para os seringueiros, não imaginava que o seu próprio assassinato fosse repercutir tanto e de uma forma tão decisiva para os rumos do movimento dos trabalhadores rurais da Amazônia.

Chico Mendes fez algumas viagens ao exterior, onde denunciou as políticas ditas de desenvolvimento para região amazônica. Realizou estas denúncias em Miami, na Flórida, e depois no Congresso Americano em Washington, em 1987, resultando daí a grande articulação do movimento local pela defesa da vida na floresta com o movimento ambientalista de todo mundo. Esse fato influenciou sobremaneira o andamento e as conquistas do movimento dos trabalhadores rurais do Estado do Acre e de toda a Amazônia. O Governo brasileiro passou a sofrer uma pressão muito forte, tanto internacional como a nível nacional, no sentido de punir os assassinos de Chico Mendes, barrar os desmatamentos e demarcar as áreas de reservas extrativistas.

Em 1989 foram criados no Estado do Acre quatro Projetos de Assentamento Extrativista – PAE's: São Luiz do Remanso, em Rio Branco; Santa Quitéria, em Brasília; Macauã, em Sena Madureira; e Cachoeira, em Xapuri.

Os PAE's adotados pelo MIRAD (Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento), surgiram em 1987, como decorrência de uma possível distorção que teve o setor público diante da reivindicação para demarcar áreas de reservas extrativistas e até como solução imediata para os conflitos fundiários na região amazônica. (Seminário sobre Planejamento e Gestão do Processo de Criação de Reservas Extrativistas na Amazônia, IEA, out. 1988).

Em 1990 foi criada a primeira reserva extrativista no Acre: Alto Juruá ,com 506.186ha. Nesse mesmo ano, foram criadas mais três reservas: Chico Mendes, com 970.570ha; Rio Cajari (no Amapá), com 481.650ha; e Rio Ouro Preto (em Rondônia), com 204.583ha.

Em 1992, foram criadas mais cinco reservas extrativistas fora do Estado: Pirajubaé (SC), com 1.444ha; Ciriaco, Quilombo do Flexal e Mata Grande (MA), com 26.952ha; Extremo Norte do Estado do Tocantins (TO), com 9.280há. Demais informações básicas acerca da criação das reservas extrativistas, vide anexo 1.

CAPÍTULO II

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RESERVA EXTRATIVISTA

Antes de conceituar Reserva Extrativista tal como foi gestada no movimento dos seringueiros, convém passar por uma discussão necessariamente anterior, ou seja, o conceito de desenvolvimento sustentável, até como forma de situar melhor a problemática deste trabalho.

É com a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, que o movimento ambientalista internacional ganhou maior expressividade e quando a questão ambiental entrou em pauta nas discussões acerca do desenvolvimento nas diversas nações. Em 1987 escrito o Relatório Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum*, ainda como um desdobramento da Conferência de Estocolmo, onde foi elaborado o mais conhecido conceito de desenvolvimento sustentável, passando a ser objeto de debates, nem sempre existindo um consenso entre os debatedores. A análise a seguir se dá em função da polêmica em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, onde se apresenta a posição de alguns autores.

De acordo com o Relatório Brundtland, citado em Diegues(1992), desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas.

Segundo Diegues (1992), a falta de consenso não se encontra apenas na categoria de sustentável, mas também no desgastado conceito de desenvolvimento. A partir de meados da década de 70, a revisão dos conceitos de desenvolvimento, realizada nos trabalhos da Fundação Bariloche – Argentina e da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), chegou a alguns pontos que delineiam um estilo alternativo de desenvolvimento. Diegues (1992) relacionou aqueles que são consenso entre os autores:

- deve-se renunciar à crença de um crescimento econômico exponencial e ilimitado;
- não se pode falar em desenvolvimento sustentado apoiado na exportação maciça de recursos naturais locais;
- ritmo crescente da degradação ambiental não pode ser mantido;

- a qualidade de vida deve ser o objetivo fundamental de qualquer desenvolvimento;
- a fé indiscriminada no progresso através da ciência e tecnologia não pode ser mantida;
- não é possível se manter os altos níveis de consumo dos países industrializados e das elites dos países do Terceiro Mundo.

Diegues (1992) ressaltou os liames do conceito de desenvolvimento sustentável, quais sejam: a base ecológica, a preservação das diversidades genéticas e biológicas e a utilização sustentada das espécies e dos ecossistemas. Segundo este autor, existe um aspecto positivo no conceito, ou seja, uma tentativa de resolver as contradições entre o crescimento econômico, a distribuição da renda e a necessidade de conservar os recursos ambientais, não só em benefício das gerações atuais como das futuras.

O aspecto negativo levantado por Diegues é não se ter dado ênfase às condições internacionais que o desenvolvimento sustentado deve enfrentar. Segundo Redclift apud Diegues (1992):

a proposta ignora as relações de forças internacionais, os interesses dos países industrializados em dificultar o acesso dos países do Terceiro Mundo à tecnologia, as relações desiguais de comércio, desfavoráveis a estes últimos e a oposição das multinacionais a propostas tecnológicas contrárias às suas estratégias globais.

Uma outra crítica ao conceito levantada por Diegues (1992), de caráter mais global, diz respeito à própria concepção de desenvolvimento como estratégia e instrumento para se chegar a uma melhoria da qualidade de vida da população. Os conceitos de desenvolvimento, e mesmo o chamado <<sustentado>>, se baseiam na necessidade de se atingir o grau de <<desenvolvimento>> atingido pelas sociedades industrializadas, quando se tem claro que o estilo de desenvolvimento dessas sociedades é insustentável a médio e longo prazos, pois baseia-se em um consumo exorbitante de energia, artificialmente barata e intensiva em recursos naturais, sobretudo aqueles, vindos dos países do Terceiro Mundo. Diegues (1992) sobrepõe ao conceito de desenvolvimento sustentável o conceito de <<sociedades sustentáveis>>, ou seja:

é imperioso que cada sociedade se estruture em termos de sustentabilidades próprias, segundo suas tradições culturais, seus parâmetros próprios e sua composição étnica específica.

Robinson apud Diegues (1992) conceituou a sustentabilidade como:

a persistência, por um longo período, de certas características necessárias e desejáveis de um sistema sócio-político e seu ambiente natural. A sustentabilidade é considerada [...] como um princípio ético, normativo e, portanto, não existe uma única definição de desenvolvimento sustentável.

Uma outra preocupação de Diegues (1992) é o aparente consenso que existe a respeito de desenvolvimento sustentável, uma vez que seu conteúdo tornou-se diferente segundo o grupo social que o utiliza.

Para certos setores do movimento ambientalista significa uma proteção do <<verde>> independente da realidade social envolvida. Para os empresários trata-se, no fundo, de desenvolvimento que possa garantir <<sustentabilidade da taxa de lucro>>, baseada sobretudo na criação e venda de equipamentos contra a poluição. Para certos governos, o termo muitas vezes constitui o preâmbulo de documentos oficiais para solicitação de empréstimos internacionais a organismos financeiros [...]. (Diegues, 1992, p. 29)

Milone (1993) relaciona o conceito de desenvolvimento sustentável com o crescimento demográfico e conclui que o planejamento familiar e a conseqüente diminuição da população mundial é condição necessária, embora não suficiente, para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Esse desenvolvimento significará um crescimento demográfico menos acelerado e uma distribuição menos desigual das populações dentro e entre países. (Milone, 1992, p. 19)

Israel Klabin, empresário e presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), apresentou uma definição de desenvolvimento sustentável, referindo-se àquela utilizada em *Nosso Futuro Comum*, argumentando que a mesma não foi desenvolvida a ponto de ficar estabelecida a mecânica para sua implementação. (ECO, 1992)

Para Luiz Pinguelli Rosa, físico e coordenador do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro):

... desenvolvimento sustentável é um conceito que dá margem a várias interpretações. Significa a tentativa de conciliar duas demandas divergentes da sociedade. Uma delas é a preservação ambiental e a outra é o crescimento da produção material para o bem estar. (ECO, 1992)

Este autor entende desenvolvimento sustentável como a harmonia ou o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação ambiental.

Referindo-se ainda à definição de desenvolvimento sustentável contida no Relatório Brundtland (1987), Acsehrad (1993) afirma que o referido relatório entende necessidade como demanda expressa em moeda, já que nenhum desenvolvimento deu conta até aqui das necessidades sociais básicas presentes. Segundo Acsehrad (1993), este conceito propõe a introdução de uma nova restrição ambiental ao modelo de desenvolvimento capitalista, sem criticá-lo de maneira substancial; ignora o conflito pelo controle dos recursos naturais e não considera as condições sócio-políticas que regem o poder de controle e o uso destes recursos. Ressalta ainda este autor que:

...pela extensão da lógica do capital aos processos naturais, parece se inaugurar, em nome do desenvolvimento sustentável, uma tendência ao aprofundamento do processo de expropriação das comunidades de trabalhadores que detêm algum controle sobre os recursos naturais. (Acsehrad, 1993, p. 5)

Em um outro documento de responsabilidade do CEDI/CRAB (Centro de Documentação e Informação/Comissão de Refugiados de Áreas de Barragem, 1992) a crítica apresentada coloca que o desenvolvimento sustentado tem que considerar as necessidades do homem de hoje e do futuro como bem diferentes, ou seja, são históricas. Aprofunda a crítica quando diz que:

O debate entre desenvolvimento e o meio ambiente não pode ficar restrito à propostas de desenvolvimento sustentável, que não questiona os pressupostos econômicos do sistema que provoca a miséria. Ou então, pode-se direcionar a um profundo questionamento das relações de dominação existentes na sociedade e entre os países, pois a sustentabilidade do planeta não se encontra apenas na defesa da natureza, mas também na mudança das relações de dominação entre os homens. (CEDI/CRAB, 1992)

Após a apresentação das diversas opiniões em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, torna-se possível identificar no conceito de reserva extrativista, tal como foi gestada pelos seringueiros, uma preocupação com o

desenvolvimento sustentável na forma como está elaborada no Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum . A reserva extrativista, enquanto proposta deve ser entendida como:

a regularização de áreas ocupadas por grupos sociais que têm como fonte de sobrevivência produtos nativos da floresta e que realizam exploração econômica sustentável: [...] as reservas extrativistas atendem a fins de conservação ambiental, de regularização fundiária e de desenvolvimento econômico. Devem portanto se constituir de um modo socialmente justo, ecologicamente sustentável e economicamente viável de ocupar a Amazônia. (Carta de Curitiba, IEA, 1998)

No Relatório do Levantamento Sócio-Econômico da Reserva Chico Mendes e Projetos de Assentamento Extrativistas da Região do Vale Acre/Purus (1992), o Conselho Nacional de Seringueiros-CNS referiu-se ao surgimento da proposta de reservas extrativistas:

Surgiu como resultado de experiências históricas de vida, de relações com a natureza [...], ou melhor, da vontade (por parte dos seringueiros) de continuarem reproduzindo-se socialmente na floresta, mantendo-se inalterada a estrutura de ocupação tradicional [...], de recusa desses trabalhadores em se transformar em colonos ou parceiros dos projetos de assentamentos do INCRA, ou transferir-se para a periferia os centros urbanos.

Em 1993 o CNS apresentou a seguinte conceituação para reserva extrativista:

as reservas extrativistas devem ser entendidas como parte da luta pela reforma agrária no Brasil, [...] questiona o modelo tradicional de assentamento em lotes agrícolas padronizados, propondo a utilização coletiva da terra. Junta a questão fundiária com a agroecológica propondo novos critérios no apossamento da terra, centrado no uso sustentável dos recursos naturais. A principal característica da reserva extrativista é o resgate da importância do homem numa nova perspectiva de ocupação do espaço amazônico associada à conservação do meio ambiente, onde são levados em consideração os aspectos sociais, culturais e econômicos das populações locais.

O CNS afirmou que o desenvolvimento sustentável que diz respeito às reservas extrativistas refere-se:

ao processo de evolução histórica, na qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais devem progredir na busca de um equilíbrio dinâmico, reforçando o potencial presente e futuro do meio ambiente, suporte das atividades econômicas e sociais das populações agroextrativistas, a fim de melhor atender às suas necessidades respeitando a evolução dos seus perfis culturais. (CNS, 1993)

Pode-se tomar como conclusão do inter-relacionamento das propostas de desenvolvimento sustentado e reservas extrativistas, efetuado até aqui, a seguinte argumentação feita pelo CNS:

as reservas extrativistas constituem uma primeira forma institucionalizada, legalizada pelo Estado, de implantação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável. (CNS, 1993)

Com base nas opiniões dos autores sobre o desenvolvimento sustentável, a discussão da sustentabilidade nas reservas extrativistas passou pela consideração de vários aspectos: econômico, social, político, cultural e ecológico. Estes aspectos, ou um deles em cada posicionamento, serão levantados na polêmica em torno da sustentabilidade das reservas extrativistas, sobre a qual alguns autores farão restrições à possibilidade das mesmas serem viáveis, outros vão apontar diretamente para a sua insustentabilidade, e muitos vão responder positivamente à argumentação de que as reservas extrativistas são sustentáveis.

CAPÍTULO III

A POLÊMICA EM TORNO DO CONCEITO DE RESERVA EXTRATIVISTA ENQUANTO ATIVIDADE ECONÔMICA SUSTENTÁVEL

No documento Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia, organizado pelo CNS em 1992, as reservas extrativistas assumiram um caráter de estratégia específica de uma proposta de reforma agrária e de desenvolvimento sustentável, o que leva à caracterização de alguns componentes fundamentais para assegurar uma existência duradoura que minimize o empobrecimento dos recursos, a degradação do meio ambiente, a instabilidade social e a descontinuidade cultural. Esses componentes seriam: o ecológico, o econômico-político, o social e o cultural.

De acordo com CNS (1992):

o componente ecológico considera a conservação da biodiversidade e da produtividade biológica. No componente econômico deve-se satisfazer às demandas básicas da população e a melhoria das condições de vida, garantindo acesso a bens básicos de reprodução social em condições econômicas saudáveis. Em termos sociais, o sistema deveria permitir o maior acesso a serviços como saúde, educação, qualidade de água, além de contemplar a diversidade social, o associativismo com diversos objetivos e principalmente a participação coletiva e gestão da área. Esse caráter globalizante da reserva faz com que as mesmas não possam ser submetidas a comparações e avaliações inspiradas em critérios estritamente economicistas. (CNS, 1992, p. 10)

O CNS afirma que o modelo de desenvolvimento para a Amazônia então existente estabelece relações entre o homem e a natureza fundamentadas apenas na noção de produção, sendo que na proposta das populações agroextrativistas a reprodução deve ser concebida como uma troca entre os homens e demais habitantes naturais da floresta, ou seja, vendo a natureza como parte da sociedade.

O conceito de reservas extrativistas adquiriu, na concepção do CNS, um caráter dinâmico, uma vez que a prática das reservas muda em resposta aos problemas que se apresentam nos atuais sistemas de exploração da floresta. Para o CNS, desenvolver

reservas extrativistas viáveis é um processo a longo prazo, e não simplesmente um resultado automático da regularização fundiária das reservas. (CNS, 1992, p. 13)

Existe uma concepção e uma prática nas reservas que aponta para a superação econômica do extrativismo tradicional, através da elaboração de alternativas que permitam uma diversificação dos produtos-base da economia extrativista. De acordo com o CNS (1992), a população agroextrativista poderá desenvolver sistemas agroflorestais, agregar valor aos produtos, onde o processamento e/ou beneficiamento dos mesmos estejam sob controle da própria comunidade, dando continuidade ao processo de eliminação de mecanismos tradicionais de exploração, como o aviamento.

A capacidade de diversificar a produção, assim como a diminuição da dependência do mercado em decorrência da necessidade de consumo das populações extrativistas, através da produção nas próprias reservas do maior número possível de gêneros alimentícios, entre outros materiais de consumo, constitui um dos pontos principais relacionados ao aspecto econômico da viabilidade das reservas extrativistas.

As populações extrativistas têm sua renda determinada pela relação entre os preços dos produtos que vendem e daqueles que compram. Para aumentá-la deveria não só melhorar-se a diversificação da produção, mas também diminuir a dependência do mercado para produtos consumidos internamente. (CNS, 1992, p. 17)

Alguns seringueiros, quando questionados sobre a diversificação de sua base produtiva, apontaram a referida diversificação como uma condição para a viabilidade econômica dos extrativistas. Francisco Felinto do Nascimento, seringueiro no município de Xapuri, informou que há dois anos vem se sustentando com a produção de milho, arroz, feijão e com a criação de animais, porque, segundo ele, “a borracha não dá mais de jeito nenhum” (entrevista em março de 1993). José Almeida Melo, do Seringal Porongaba em Brasília, fez o plantio de fruteiras, inclusive visando uma produção para o mercado: “nesse plantio já plantei pupunha, café, graviola, 13 pés de copaíba, 13 de abacate, 18 de tangerina. Isso eu tô fazendo como alicerce para meus netos.” (entrevista em agosto de 1993). Izaías Flores Lopes, colono no município de Assis Brasil, afirmou que se sustentar com o extrativismo da castanha e da borracha seria o ideal, contudo, o preço desses produtos não dá essa condição e acredita na alternativa do reflorestamento e na implantação de culturas perenes. (entrevista em agosto de 1993) Anselmo Amâncio de Lima, seringueiro

e colono no Projeto de Colonização do INCRA, no município de Plácido de Castro, falou do reflorestamento como sendo a proposta de tirar a madeira, a seringa e a castanha, mas fazer o plantio: hoje, queremos plantar para nossos filhos. Plantar madeira-de-lei, castanheira e seringueira para que a floresta venha se recuperar. (entrevista em março de 1993). Ermelino Ribeiro da Silva, seringueiro da Reserva Extrativista Chico Mendes, acredita na sustentabilidade econômica da reserva porque se tem a idéia de diversificá-lo, plantar culturas perenes como cupuaçu e outras, criar pequenos animais, usar subprodutos da borracha e da castanha, usar o marfim vegetal: “a reserva extrativista pode ser auto-sustentável na medida em que se possa implantar outras culturas”. (entrevista em agosto de 1993)

Jorge Alves, vice-presidente da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri, falou sobre um projeto que vem sendo desenvolvido desde 1992:

É um projeto que quer manter o seringueiro na reserva extrativista, já que a castanha e a borracha não têm preço. Montou-se cinco viveiros experimentais, onde se produz cupuaçu, guaraná, pupunha, castanha e seringueira. [...] Esse projeto foi o que deu o ponta-pé na diversificação dos produtos. [...] O fundamental é que já tem 10 pessoas que entendem disso. (entrevista em março de 1993)

Gomercindo Clovis Garcia Rodrigues, posicionou-se a respeito:

é claro que a reserva não pode se sustentar na castanha e na borracha. Não é essa a proposta. A proposta é que se faça um uso do potencial da floresta que não seja predatório. E sempre foi essa a discussão; a discussão sempre foi que a gente quer usar a terra [...], a floresta, que inclui espécies vegetais e animais. [...] Precisa-se então gerar tecnologia, [...] uma política de longo prazo (25 anos), financiamento direto aos seringueiros. [...] É preciso que também haja apoio à diversificação produtiva, enriquecimento dos próprios seringueiros; desenvolver sistemas agroflorestais com castanha, seringueira cupuaçu, pupunha, graviola, açaí, copaíba, mogno, cumaru-de-cheiro, cerejeira. Enfim, diferentes espécies que você possa ter diferentes usos, inclusive possa ter o uso madeireiro nesses sistemas florestais manejados; [...] madeira para consumo do seringueiro, não para fazer casa na cidade. Isso é estória, [...] não é viável do ponto de econômico, nem ecológico. (Gomercindo Rodrigues, entrevista em abril de 1993).

A idéia presente na posição de Gomercindo Rodrigues, bem como na posição unânime de outros dirigentes do movimento dos seringueiros é que a diversificação da produção, e dentro dela os sistemas agroflorestais, tenha como primeiro horizonte o de melhorar o padrão alimentar dos seringueiros para só depois se produzir para o mercado.

Em outra área de reserva extrativista no Estado do Amapá, a diversificação dos produtos compreende, além da borracha e da castanha, a industrialização do palmito extraído do açaí, copaíba, azeite de andiroba e apicultura. (Pedro Ramos de Souza, dirigente do CNS no Amapá, entrevista em junho de 1993).

O debate sobre a sustentabilidade econômica das reservas extrativistas deve abordar o papel do Estado, que segundo o CNS, abrange medidas relativas à criação de infra-estrutura, programas de saúde e educação, apoio à comercialização de produtos agroextrativistas, exigindo a atuação dos diversos níveis do governo em seu financiamento e implementação, o federal, estadual e municipal. É ressaltada também a importância da implantação efetiva de uma política nacional de reforma agrária, de forma a reduzir a pressão migratória desordenada sobre a Amazônia.

Mário Jorge da Silva Fadell, assessor econômico da CAEX, fez uma alusão aos estímulos e incentivos financeiros fornecidos a outros empreendimentos na região amazônica durante a época da implantação do novo modelo de desenvolvimento para a região, ou seja, década de 70. Por exemplo, para o Projeto Carajás a produção de ferro era totalmente subsidiada, ou mesmo para a Zona Franca de Manaus, que, mais recentemente, vem sustentando-se a partir de investimentos governamentais. Trazendo a análise do apoio governamental à sustentabilidade das reservas extrativistas, em termos principalmente de infraestrutura, percebeu-se que o apoio do Estado tem sido irrelevante. Essa é a conclusão a que chegou Mário Fadell, bem como o seringueiro Ermelindo Ribeiro da Silva, que afirma o seguinte:

Realmente, o governo não tem atuado de maneira alguma; [...] questão da educação, saúde, escoamento, [...] até agora não tem existido. Não tem feito praticamente nada, a não ser desencadear uma política junto com os madeireiros e tudo, pra que retire as nossas riquezas [...] inclusive com instituições governamentais como o IBAMA, que a gente tem feito tantas denúncias [...] não se interessa muito em resolver os problemas.

(Ermelindo Ribeiro da Silva, seringueiro e diretor do CAEX, entrevista em agosto de 1993).

José Maria Barbosa de Aquino, residente no Seringal Dois Irmãos, no Município de Xapuri, sobre o papel do governo afirmou:

... tá sendo absolutamente péssimo. [...] O que ele poderia contribuir é dando um preço bom para a produção, para poder sustentar o extrativista dentro da reserva. [...] Tem contribuído na medida que o sindicato e a cooperativa têm pressionado. (entrevista em agosto de 1993).

Segundo o CNS (1992), os produtos levantados como as principais fontes de sustentação econômica das populações agroextrativistas da Amazônia ainda são a borracha, a castanha e o babaçu, atividades cujo desenvolvimento dependerá, em grande medida, da adoção no curto prazo de uma política de preços por parte do governo federal.

Em um outro documento também de responsabilidade do CNS (1992, p. vi) é feita uma crítica à atuação do estado no apoio ao desenvolvimento das reservas extrativistas, onde afirmou-se que, embora as reservas tenham sido criadas há dois anos, não aconteceu nenhuma política governamental nesse sentido.

Referindo-se à produção que gera recursos monetários para o extrativista, o Relatório do CNS (1992) fez uma análise sobre a composição da renda em atividades como: extrativismo, agricultura e pecuária, comparando as contribuições de cada uma delas na produção do setor primário na economia do estado. O extrativismo representa 62% do valor total da produção, seguido da agricultura, com 29%, e a pecuária, representando 9% desse valor. Em termos de impacto ambiental, é o extrativismo o modelo de produção em que o homem menos interfere na natureza, basta dizer que o seringueiro já convive com a floresta ao longo de um século e meio sem agredí-la.

Seguindo uma linha de raciocínio semelhante, Hecht (1988) realizou um estudo comparativo de três modelos de ocupação da região amazônica: pecuária, colonização e extrativismo. A autora questionou, em um primeiro momento, o conceito de viabilidade que não incorpora o ponto de vista ecológico e social. Segundo Hecht (1988):

... os cálculos econômicos geralmente utilizados por economistas ignoram questões sumamente importantes para qualquer opção a nível regional, sobretudo na Amazônia. Estes deveriam incluir, além dos custos reais de

degradação ambiental, os custos sociais de determinadas formas de ocupação. (Hecht, 1988)

Em seguida, passou a examinar as vantagens e desvantagens de cada modelo citado. As terras degradadas pela pecuária chegam a representar 87% da área desmatada do Estado do Acre e, na Amazônia como um todo, alcança mais de 90%; “é uma atividade rentável, mas não produtiva” (Hecht, 1988); gera poucos empregos, oferece baixos salários e apresenta alto custo de implantação.

Além disso, ela tende a marginalizar outros produtores, alimentando o fluxo migratório para a cidade, o que implica em custos sociais para o Estado; ou acirrando a migração para novas fronteiras de desmatamento. (Hecht, 1988)

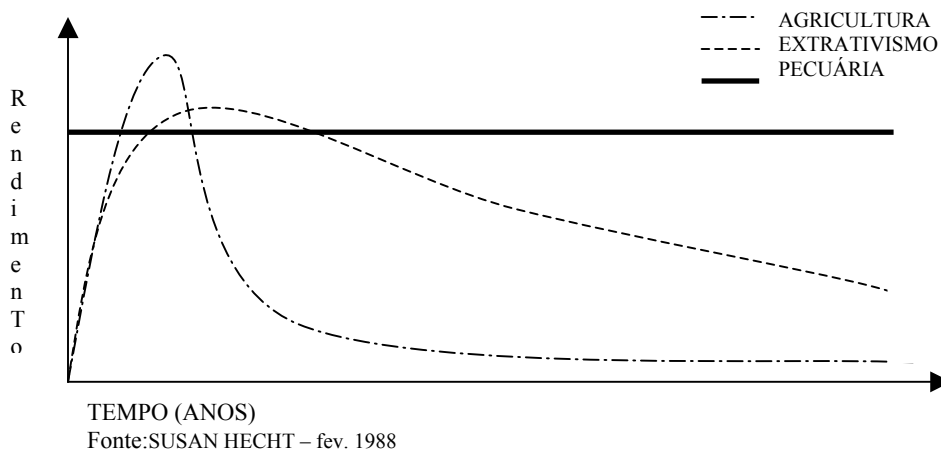
Quanto à colonização, afirmou Hecht (1988), da forma em que vem sendo implantada, mostra altos índices de desistência dos colonos, com consequente marginalização da população rural nas periferias urbanas. Isto devido a problemas de origem agrícola, infraestrutural, institucional e de comercialização.

Segundo a referida autora, o extrativismo seria o único uso da terra sustentável. Não quer dizer com isso que o extrativismo seja a saída para os problemas enfrentados pela população da Amazônia, mas poderia ser a base. Segundo Hecht (1988):

... comparada à agricultura e à pecuária, a atividade extrativista, tal como praticada pelo seringueiro, é inegavelmente mais benéfica para o desenvolvimento regional [...]. Só esta atividade é auto-sustentável, além de ter grande potencial inaproveitado. De fato a agricultura e a pecuária, nos moldes em que são praticadas na Amazônia, começam a ser deficitárias após três e doze anos, respectivamente. Já o extrativismo, mesmo sob o sistema tradicional de produção e comercialização, mostra uma produtividade, senão crescente, estável no tempo. (Hecht apud Menezes, 1992).

A figura abaixo serve para ilustrar a citação acima:

AUTO-SUSTENTABILIDADE DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA AMAZÔNIA



As entrevistas realizadas apontaram possíveis mudanças na base extrativa nas reservas da Amazônia, onde se prevê um afastamento gradativo do sistema extrativista, em seu conceito primitivo, aproximando-se de um sistema combinado de extrativismo e exploração agrícola e silvicultural. Esta posição se coaduna com a perspectiva de uma diversificação dos produtos-base da economia extrativa, apontada pelo CNS e anteriormente citada.

Kageiama (1990) inseriu-se na proposta de diversificação da produção extrativista, propondo a implantação de Ilhas de Alta Produtividade (IAP's) nas reservas. Trata-se de pequenas áreas regularmente distribuídas, de forma a impedir a propagação exponencial de pragas e doenças. As formas de implantação das culturas poderão ser em consórcio ou puras, porém, usando-se toda a alta tecnologia existente, como enxertia, clonagem, melhoramento genético, adubação. Tais procedimentos teriam o objetivo de encurtar o tempo de início da produção e aumentar a produtividade por área.

As IAP's, segundo Kageiama seriam uma das saídas para o impasse econômico da perda de competitividade do extrativismo tradicional frente à atividade de cultivo da seringueira enfrentado atualmente pelos extrativistas. (Paulo Kageiama, geneticista florestal, entrevista em julho de 1993).

Segundo Kageiama (1990):

... a reserva extrativista representa o referencial de manejo florestal na Amazônia, já que explora bens da floresta com um mínimo de perturbação ao meio ambiente, além de ser socialmente justo à população da região.

No entanto, para que seja alternativa de continuidade do desenvolvimento das comunidades dessas áreas, devem ser buscados outros caminhos, como as IAP's, as quais têm os seguintes objetivos:

- racionalizar o uso da reserva extrativista;
- usar a tecnologia disponível em benefício da reserva extrativista;
- aumentar a produtividade das culturas em extrativismo; e
- manter os princípios de não agressão ao ambiente.

3.1 – Debatendo as críticas

Analisando de um ponto de vista global, o estudo do CEDI/CRAB (1992) sintetiza as reservas extrativistas como:

...<<ilhas>> de sobrevivência de uma relação <<ideal>> do homem com a natureza, mas inteiramente delimitadas no espaço e sem alterarem a lógica do sistema que faz com que elas só possam estar circunscritas àqueles locais.

Browder (1992) situou a polêmica no ponto de que as reservas extrativistas podem ajudar a um pequeno segmento da população, assegurar sua herança cultural e atividade econômica, mas soluções para milhões de outros habitantes pobres das florestas tropicais precisam também ser desenvolvidas. Browder (1992) demonstrou preocupação com a proteção da biodiversidade, afirmando que a reserva extrativista não constitui a melhor estratégia. As áreas de reserva extrativista nem sempre abrangem áreas de importância biológica, e a população que a habita deve ser entendida como uma categoria de trabalhadores vinculados a uma situação de mercado. Isto quer dizer que, para não morrer de fome, os seringueiros poderão abrir mão da proteção da floresta. E aí cabe acrescentar que os seringueiros são os mais pobres dos segmentos da população rural não indígena.

Fearnside (1992) ressalta um limite de habitantes que podem ser sustentados nas reservas. Atualmente estaria entre 1 e 2 habitantes por km². Isto é, as reservas extrativistas não devem ser vistas como alternativa para sustento de populações densas ou para absorção de migrantes. A preocupação de Fearnside diz respeito a novatos em

atividades extrativa, pois carecem de conhecimentos necessários para fazer o sistema funcionar de modo sustentado.

A auto-suficiência econômica é meta importante para os extrativistas. Ela exigirá a maximização do valor e variedade dos produtos vendidos, limitará o vazamento de dinheiro para intermediários e minimizará o custo de estabelecimento e manutenção das reservas. (Fearnside, 1992).

Este autor esclareceu que o principal motivo para demarcar reservas extrativistas está no seu papel de obstáculo à perda da floresta, mesmo com o seringueiro desenvolvendo atividades econômicas em seu interior.

Cabarle (1991) demonstrou preocupação com a sustentabilidade na gestão de recursos florestais. Neste sentido, associou as reservas extrativistas a uma experiência de silvicultura comunitária que vem sendo aceita desde meados da década de 70, no Peru, como um componente do desenvolvimento rural integral.

No modelo de silvicultura comunitária, embora o conhecimento da floresta e de seus recursos objetivem necessidades econômicas, também podem ser incluídos valores culturais, espirituais, morais e éticos. A reserva extrativista seria uma nova forma de silvicultura comunitária, com uma maior vigilância dos recursos florestais locais e uma distribuição mais equitativa dos benefícios. Segundo Cabarle (1991), para que esse modelo de uso da terra - silvicultura comunitária ou reserva extrativista - tenha um verdadeiro efeito de melhorar as condições de vida da população pobre das zonas rurais, ao mesmo tempo que proteja o meio ambiente, deverão ser abordadas três questões relacionadas entre si: a propriedade da terra e dos recursos; capacidade de organização e atitudes gerenciais; e adaptação da tecnologia para a produção sustentável.

A questão da propriedade da terra muitas vezes requer movimentos populares com esse fim, e constitui um requisito básico para qualquer projeto de reserva extrativista. A capacidade de organização diz respeito a requisitos como liderança, organização de base, distribuição justa dos retornos do projeto, ambiente normativo que não permita arbitrariedades e uma boa gestão fiscal na aplicação dos retornos, de forma a reinvesti-los corretamente. A outra questão aponta para a necessidade de implementar técnicas que respondam às limitações ecológicas locais, sob pena de esgotamento rápido dos recursos florestais existentes. Neste aspecto, uma grande contribuição seria a combinação conhecimento local com a experiência de técnicos do governo.

Abordando a polêmica da sustentabilidade das reservas extrativistas de uma perspectiva que se opõe a essa possibilidade, Homma (1989) afirma que considerar o extrativismo como modelo de desenvolvimento adequado para a Amazônia é analisar estaticamente e de forma estreita, desconsiderando a especificação das diferentes atividades extrativistas existentes.

O extrativismo vegetal, pelas suas razões de instabilidade, não pode ser considerado como modelo de desenvolvimento viável para a Amazônia. A baixa concentração de recursos extrativos de interesse econômico exige grandes dimensões de área, o que leva à baixa produtividade da terra e da mão de obra. (Homma, 1989, p. 45)

Ademais, não há perspectiva real de um novo *boom* na economia da borracha, como no século passado. O declínio dos extratores e o atual mercado de força de trabalho não comporta esse tipo de economia.

Os fatores de instabilidade do extrativismo vegetal levantados por Homma (1989) levam os extratores a iniciar o processo de domesticação da atividade, um processo que vem sendo implementado há 10 mil anos, antes do período da economia de mercado, impulsionado pelo longo período de tempo despendido na coleta e pelas limitações da oferta. Com a economia de mercado as razões de instabilidade aumentaram. Tem-se, com a domesticação da atividade extrativista, outras variáveis que afetam o setor, como é o caso do desenvolvimento de substitutos sintéticos mais baratos e com oferta praticamente ilimitada.

Também concorrem para a subtração da atividade extrativista a expansão da fronteira agrícola e o crescimento populacional. As melhores áreas já foram praticamente ocupadas ou destruídas pela expansão da fronteira. O crescimento populacional será condicionado à fixidez dos recursos extrativos, que impõe um limite quanto à capacidade de aumentar o contingente de extratores, sendo inevitável o limite do suporte populacional.

Homma (1989) cita o caso do extrativismo da seringueira, apontando para o seu gradual desaparecimento. A permanência até hoje dessa atividade decorre de fatores relacionados ao protecionismo governamental; a sustentabilidade econômica dessa atividade tem se dado em função das conquistas sociais e políticas. Homma (1989) condicionou a permanência do extrator na atividade ao nível salarial dos trabalhadores em geral, ou seja:

o extrativismo, pela baixa produtividade da terra e da mão de obra, só tem viabilidade quando prevalecem baixos níveis salariais. A manutenção da atividade extrativa está condicionada à relação de preços da economia. Se os preços dos produtos agrícolas são mais competitivos, os que se dedicam à atividade extrativa vão se deslocar em favor da agricultura, e assim por diante. Não se pode examinar o setor extrativo como um setor estanque da economia, mas sim como um setor que está interligado através dos mercados a nível local, nacional e internacional. (Alfredo Homma, entrevista em agosto de 1993).

Outro fator condicionado à atividade extrativista da seringueira é a expansão dos plantios domesticados, isto é, à medida que haja um aumento da participação da produção da borracha brasileira, a atividade extrativista tende a decair. Por outro lado, existem obstáculos ao crescimento dos plantios domesticados: forte presença do capital extrativo, representado pelo estoque de seringueiras nativas; mudanças nas regras do jogo governamental; e existência de outras alternativas econômicas.

A argumentação de Homma à não-sustentabilidade econômica das reservas extrativistas pode ser resumida na citação abaixo:

Ao contrário do propalado, o extrativismo vegetal pode apresentar uma alta sustentabilidade agronômica e ecológica, mas apresenta baixa sustentabilidade econômica e social. As reservas extrativistas apresentam a sua importância no sentido de retardar a expansão da fronteira e redimir alguns problemas de injustiça social decorrentes de expulsões de seringueiros de suas áreas. Para as próximas gerações, a tendência inevitável será a do seu gradativo desaparecimento, uma vez que a sustentabilidade está sendo obtida de maneira exógena. [...] O extrativismo da seringueira exige, por outro lado, o aprimoramento tecnológico do processo produtivo, incremento da produtividade das culturas anuais e da pecuária, e da introdução de novas alternativas produtivas no conjunto das atividades do seringueiro. [...] Outro aspecto é que o sentido de conservação e preservação exige aumento na sua renda líquida. A pobreza, ou o sentido de sobrevivência, tornam as noções de conservação e preservação dos recursos naturais como aspectos meramente secundários. A criação de mercados para os produtos

extrativos, a curto prazo, aumentará a viabilidade econômica dos extratores, mas a médio e longo prazos, estimulará os plantios domesticados, inviabilizando o extrativismo vegetal. (Homma, 1989, p. 45)

Para completar a posição acima, Alfredo Homma afirmou:

o que está acontecendo hoje é que as reservas extrativistas deixaram de ser reservas extrativistas. Serve para sistemas agroflorestais; serve para garantir recursos externos, como propostas de desenvolvimento, etc. [...] Ficou como uma atividade econômica como qualquer outra [...]. No âmbito político, o problema dos seringueiros é essencialmente de natureza agrária e dos baixos preços da borracha, que foi transformada em um problema ecológico pelos americanos. (Alfredo Homma, entrevista em agosto de 1993).

Homma (1989) introduziu o questionamento sobre quando os financiadores internacionais estariam dispostos a financiar recursos para viabilizar política e economicamente as reservas.

Em uma entrevista com o ex-gerente da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX), Gomercindo Rodrigues, questionou-se sobre a sustentabilidade econômica das reservas extrativistas estar se dando de maneira exógena. Nesse caso, indicou-se que se teria também de considerar o Projeto de Carajás, assim como outros na Amazônia, insustentáveis, uma vez que todos foram construídos com financiamentos externos.

Se o raciocínio é esse, me parece mais de um senso comum que de cientista. Efetivamente não é esse o problema. A questão é [...] porque você [...] não discute o que é a floresta em pé. [...] Quanto custa isso? [...] Os mesmos que dizem que as reservas extrativistas não são sustentáveis são os que dizem da importância do clima do planeta. Vamos botar na ponta do lápis. [...] Será que não interessa pro mundo ficar sempre colocando capitais externos? [...] Nós temos que encarar desta forma. Ninguém tá dando presente nenhum, tá todo mundo cuidando da sua parte, fazendo de conta que é com a nossa. (Gomercindo Clovis Garcia Rodrigues, assessor da CAEX desde 1987 e gerente no ano de 1992, entrevista em maio de 1993).

Élder Andrade de Paula, assessor de planejamento do CNS, comentou em relação a autores que entendem que a sustentabilidade das reservas está condicionada, majoritariamente, a fontes de financiamentos externos, o seguinte:

O problema desse autores é que eles tiveram pouco contato com o processo de organização social de resistência, de luta do seringueiro. Eles estão muito presos a conceitos clássicos de desenvolvimento e de acumulação de capital, que os impede de absorver as mudanças ocorridas no desenvolvimento da sociedade. [...] Analisar a reserva extrativista pelo lado puramente econômico é, em primeiro lugar, uma agressão à proposta. E, em segundo, uma falta de capacidade de perceber essas mudanças que ocorrem no mundo hoje. [...] Se formos pensar em termos puramente econômicos, ela não pode dar resultados dentro de 10-15 anos. Então, isso para investimento de capitalistas tradicionais é inviável. Mas só que ela não pode ser pensada assim. As reservas extrativistas têm que ser pensadas como uma proposta que tá [...] articulada com a questão fundiária, ela é uma reforma agrária. [...] Outra coisa é que ela coloca uma nova dimensão para se pensar o desenvolvimento de uma vasta região do país que é a Amazônia, que é uma dimensão que não tá relacionada puramente com o econômico.

Com relação especificamente aos investimentos externos, afirma:

De fato, não houve nenhum investimento de peso dentro das reservas que pudesse justificar uma cobrança de resultados [...]. A partir do momento que forem feitos alguns investimentos pelo governo, aí sim. [...] Os resultados que podemos apresentar agora são importantes do ponto de vista social: a retenção dessas famílias nessas áreas, impedindo que se amplie ainda mais o bolsão de miséria nas periferias urbanas do Estado. [...]

Com relação ao apoio das ONG's (Organizações não-Governamentais) Élder de Paula coloca o seguinte:

O apoio financeiro é muito pouco [...]. O conselho tá enfrentando dificuldades, o seringueiro não tem como manter. Tamos vivendo de doações pequenas. E do ponto de vista da ação concreta dentro das reservas, os projetos são muito pequenos. (Élder Andrade de Paula, entrevista em junho de 1993).

Jorge Alves é vice-presidente da CAEX e afirmou que se o governo, em nível estadual e federal, fizesse a sua parte, os recursos externos seriam desnecessários. (Jorge Alves, entrevista em março de 1993)

Segundo James Lafleur, a viabilidade da reserva extrativista é indiscutível, bem como sua sustentabilidade, já que existem 60-70 mil famílias vivendo do sistema extrativo há mais de um século. E ainda afirma o seguinte:

A reserva extrativista não é um modelo de desenvolvimento econômico, e sim um modelo de reforma agrária. [...] Agora, se poderia vir a ser ou não é uma outra discussão. (James Lafleur, economista, entrevista em junho de 1993)

Segundo Lafleur, a reserva extrativista resolve o problema de apenas 15% da população amazônica, os demais, 85%, não têm um modelo viável, embora se tenha injetado subsídios governamentais de grande monta em algumas atividades econômicas na região. Por exemplo, o subsídio dado ao pequeno produtor na colonização do município de Rondônia, que se mostrou inviável economicamente, chegava em média à cifra de 15 mil dólares por família, o que é muito mais do que ganhou a área de reserva extrativista:

... a castanha não tem nenhuma política de preço, borracha teve seu preço reduzido, estradas não há nenhuma, extensão nunca, não existe uma pesquisa da EMBRAPA que tenha estudado o sistema extrativista em 20 anos de trabalho rural. (James Lafleur, economista, entrevista em junho de 1993)

Segundo Lafleur, o extrativismo existia antes de se ter recursos externos e vai continuar existindo caso cessem esses recursos, pois são pequenos, dando para comprar, na maioria das vezes, apenas um caminhão, a implementar uma pequena usina de processamento, e assim por diante. O extrativismo existe mesmo antes da reserva ser demarcada, o que não mudou os fatores econômicos; de forma indireta sim, pois o seringueiro passou a ter direito à terra, que segundo Lafleur, estimulará o interesse de investir no seu próprio terreno. (entrevista em junho de 1993)

Abordando o aspecto cultural da sustentabilidade da reserva extrativista como um aspecto que afeta a sustentabilidade econômica das mesmas, a ex-seringueira e atual administradora da Casa do Seringueiro no Estado do Acre, Dercy Cunha, afirmou que

existem outras alternativas econômicas para o seringueiro, além da castanha e da borracha, mas a dificuldade está na mudança de hábito desses seringueiros:

... é muito difícil, por exemplo, transformar o seringueiro em agricultor, agricultura de subsistência é muito diferente... [...] Em um trabalho de cadastramento dos seringueiros da Reserva Chico Mendes, que participei, o que deu pra sentir é que a mentalidade daqueles seringueiros que estão no fundo dos seringais, no imaginário deles, é que a reserva extrativista vai trazer o seringal tradicional, a volta ao passado, [...] um armazém onde possa se aviar independente de ter ou não ter produção, porque na proporção que existe o CNS, pode-se garantir esse abastecimento de gêneros de primeira necessidade. [...] Para os seringueiros que vivem isolados dentro dos seringais, reserva extrativista significa estabilidade da posse da terra e nada mais. [...] Na minha opinião [...] a reserva extrativista é uma proposta viável para o desenvolvimento da Amazônia. [...] Agora, o grande problema [...] é mudar a cultura das pessoas, introduzir novos costumes, novas formas de vida. [...] Eu acho muito difícil essa proposta se concretizar em função dessa dificuldade. Não adianta se iludir de que o seringueiro [...] tem espírito de coletividade, que ele não tem. [...] Existe um outro fator que é a falta de trabalho de base, de conscientização, profundo e constante. Isso não existe. (Dercy Teles de Carvalho, administradora da Casa do Seringueiro, entrevista em julho de 1993)

Dercy Cunha condicionou sustentabilidade econômica da reserva extrativista a dois fatores: o primeiro seria a falta de interesse do próprio governo em garantir mercado para a produção; e o segundo, a própria cultura do seringueiro, a consciência que eles não têm de que é impossível sobreviver no seringal só do extrativismo da borracha e da castanha.

Anderson (1989) colocou que as reservas extrativistas, para funcionarem, têm que evoluir para além da simples extração e incorporar outras formas de uso da terra. Formas que intensifiquem a produção por área e sejam sustentáveis do ponto de vista ecológico. Neste sentido, Anderson (1989) indicou sistemas agroflorestais (SAF's) como uma opção viável, pois mantêm uma cobertura florestal enquanto se aumenta a produção econômica, com introdução de atividades no sub-bosque.

O referido autor realizou estudo comparativo de três formas de uso da terra praticados na Amazônia: a extração florestal, o SAF extensivo e o SAF intensivo. Detectou-se limitações para os três tipos de uso analisados, levando Anderson a sugerir que as reservas extrativistas devem estrategicamente combinar os três tipos de sistemas, bem como outros modelos, dado o fato de ocorrerem sob uma grande variedade de condições ecológicas e sociais.

Ronaldo de Oliveira considerou a sustentabilidade das reservas extrativistas como um assunto novo, carente de pesquisas sobre o que é viável tanto economicamente quanto ambientalmente. Os SAF's seriam uma saída para a reserva extrativista, desde que se observasse as características próprias da região. Por outro lado, a implantação desse tipo de sistema, segundo Ronaldo de Oliveira, está ainda numa fase embrionária: “... *que tipo de SAF seria apropriado? [...] O ponto de partida é conhecer e considerar o sistema natural, para então se poder projetar, construir novos sistemas em áreas que já estão degradadas*”. A reserva extrativista, tendo por base o extrativismo da borracha e da castanha, é realmente insustentável, e outras alternativas ainda carecem de estudos:

... trabalha-se com a idéia de que as potencialidades são muitas, mas não se conseguiu ainda quantificar e qualificar essas pontencialidades. Pode ser que elas existam, mas também é possível que elas não existam. (Ronaldo Lima de Oliveira, ex-seringueiro e administrador da FUNAI/AC).

CONCLUSÃO

É possível perceber na trajetória de luta dos seringueiros, especialmente os da reservas extrativistas, mudanças no conteúdo da resistência destes trabalhadores de acordo com cada época histórica. O capítulo I apontou uma transformação inicial, ou seja, do momento em que as lutas se davam contra as relações semi-escravistas de produção nos seringais, e que passam, a partir do início da década de 70, a se pautar em conflitos de terra, decorrentes da forma como se deu a implementação da pecuária. Houve a necessidade de direcionar a luta, prioritariamente, para a garantia da posse da terra. Chegada a uma situação insustentável, essa luta, após assassinatos de trabalhadores e líderes sindicais rurais, tomou novo caráter.

Sentindo-se pressionado pelos movimentos ambientalistas em nível internacional e também em nível nacional, pressões que se refletiram na resistência dos seringueiros e trabalhadores rurais como um todo, o governo brasileiro viu-se na obrigação de demarcar as reservas extrativistas. A criação das reservas extrativistas, grosso modo, representou, para uma parte dos seringueiros, uma grande conquista: a posse da terra. A partir de então, o essencial da luta passou a ser a garantia de sobrevivência e mesmo a melhoria da qualidade de vida desses trabalhadores dentro da reserva. Não que essa busca não tenha sempre existido, mas a partir de então ela se tornou a principal bandeira de luta e combina-se com o interesse de sustentabilidade econômica das reservas extrativistas.

Essa mudança pode ser claramente apreendida do conteúdo das diversas entrevistas apresentadas no terceiro capítulo.

A polêmica sobre a sustentabilidade não é fácil de ser dirimida, porém, o enfrentamento dessa discussão permite, mesmo que minimamente, apontar caminhos e possíveis soluções para os problemas colocados pela realidade.

Um outro aspecto ressaltado é o caráter ecológico da proposta da reserva extrativista, ou ainda, da luta dos seringueiros assume característica do conjunto da luta de classes, na medida em que busca sua autonomia através da posse dos meios de produção e de consecução de melhores níveis de sobrevivência, para tanto se confrontando com os detentores ou controladores desses meios de produção – os empresários, fazendeiros e

capitalistas. Desse ponto de vista, não se pode considerar os seringueiros como ecologistas a priori e incondicionais. Pode-se dizer que defendem uma bandeira ecológica, mas avançam em função de outros objetivos, como por exemplo: a posse da terra, a conquista de outros meios de produção, em busca de melhores condições de vida.

De acordo com Castells (1976), a ideologia ecológica pregada “*naturaliza as contradições sociais, reduzindo a História a uma relação entre homem e a natureza; a ideologia ambientalista transforma a desigualdade social em danos físicos e funde as classe sociais num único exército de escoteiros*”. (Castells, 1976, p. 81)

Vale ressaltar que o interesse dos ambientalistas, um pouco traduzida nas palavras de Gomercindo Rodrigues, coaduna-se com os dos seringueiros em alguns aspectos, de modo que enquanto cuidam da floresta dizendo que é no interesse dos trabalhadores, desenvolvem estratégias de conservação ambiental, com perspectivas de explorações econômicas futuras.

Com isso, não se pretende subestimar a importância do movimento ecológico e muito menos a importância do seringueiro nesse movimento, e sim estabelecer diferenciações no conteúdo estrutural de cada ação ecológica, não tomando o movimento ecologista como uma unidade globalizante.

Para citar apenas um dos desdobramentos, essa atitude crítica alertaria para a consequência de possíveis alianças de empresários e trabalhadores, uma prática, aliás, inadmissível quando se tem claro o interesse subjacente dos empresários nessa junção, quais sejam, aumentar a taxa de seus lucros, esconder o real motivo da degradação humana.

Na polêmica sobre reserva extrativista, tornou-se possível situar três níveis de discussão: local, nacional e internacional. O movimento internacional refere-se à reserva extrativista como uma possibilidade de concretização do desenvolvimento sustentável na Amazônia, e chega a desenvolver, a partir da década de 70 e da visita do sindicalista Chico Mendes ao Banco Mundial, em 1985, determinadas ações junto aos seringueiros, inviabilizando o desmatamento, a atividade pecuarista, bem como a continuação da abertura de estradas sem prévio consentimento das populações locais.

No âmbito local, a percepção que os seringueiros têm da reserva é basicamente o alívio ou o sossego em relação aos empates contra os desmatamentos e pela posse da terra. A atividade econômica baseada no extrativismo é que lhes dá o sustento, e

por não ser predatória, ao contrário da atividade pecuária e da colonização, imprime um caráter de sustentabilidade à reserva extrativista. E aí não se pode descartar o papel necessário do Estado como incentivador e provedor da infra-estrutura ao trabalhador rural e, em particular, ao seringueiro, uma vez que as reservas extrativistas mantêm a população rural no campo, de forma a não aumentar ainda mais a taxa de desemprego e o inchaço das cidades.

Desde a criação das reservas até hoje, o Estado, na esfera municipal, estadual e federal, tem contribuído com um mínimo, de forma que as dificuldades enfrentadas pelos extrativistas são enormes. Não existe uma política de crédito ao pequeno produtor, nem políticas de investimento gradual nos sistemas de educação, saúde, habitação. E mais as dificuldades que o extrativismo enfrenta como qualquer outro tipo de atividade vinculada ao sistema de mercado.

Existem também dificuldades internas ao movimento de trabalhadores rurais, decorrentes do próprio processo de construção das entidades de trabalhadores, como os sindicatos, conselhos e associações.

Em âmbito nacional os estudiosos de diversas áreas acadêmicas, elaboram sistemas e modelos com o objetivo de demonstrar a viabilidade ou não das reservas extrativistas no desenvolvimento da região amazônica, deixando claro com isso o quanto seria precipitado considerar as reservas extrativistas como insustentáveis economicamente.

As principais críticas à reserva extrativista baseiam-se em cálculos economicistas, com previsões de custo-benefício. Tal procedimento, em última instância, obscurece uma possível análise dos diversos aspectos que envolvem o seu desenvolvimento. Isto quer dizer que critérios puramente econômicos são ineficientes para determinar o valor da preservação de uma cultura secular, da conservação da floresta com os desdobramentos positivos que isso gera para o meio ambiente global e o conjunto de seus habitantes, bem como para a reprodução do homem enquanto ser social e político. Em suma, o papel político das reservas extrativistas não pode ser demonstrado simplesmente do ponto de vista econômico.

Uma outra crítica que merece ser avaliada é a que considera a reserva extrativista como uma solução menor, que não resolve o problema de trabalhadores desempregados e sem-terras existentes na região amazônica e demais florestas tropicais do

planeta. Obviamente, seria um erro crasso ver na reserva extrativista a panacéia para os males da sociedade e, porque não dizer, do sistema capitalista. No entanto, equívoco mais grosseiro seria subestimar o alcance desta conquista: a priori, em termos de exemplo de luta vitoriosa entre desiguais; e a posteriori, em relação ao aspecto ecológico da proposta, que contribui indistintamente ao bem-estar dos habitantes do planeta.

Considerando que a polêmica em torno do conceito de reserva extrativista enquanto atividade econômica sustentável, apresentada neste trabalho, permite posicionamentos diferenciados, ou até mesmo opostos, convém acrescentar que a polêmica também orienta o conjunto de trabalhadores comprometidos com a busca de uma sociedade melhor e demais pessoas na compreensão do conceito de sustentabilidade, em seus vários aspectos. A reserva tornou-se uma oportunidade de se obter conhecimentos e experiências novas no usufruto dos meios de produção.

Quanto aos seringueiros, enquanto trabalhadores em luta, estão mostrando o aspecto dinâmico da polêmica, donde se conclui que é o embate/empate cotidiano dessa luta que determinará o futuro da reserva extrativista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito. **Proposta:** experiências em educação popular. Rio de Janeiro, n. 56, p.5-8, mar. 1993.

ALLEGRETTI, Mary H. Reservas extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. **Pará Desenvolvimento.** Belém, n. 25, p.03-14, jan./dez. 1989.

_____. Reservas extrativistas: implementação de uma alternativa ao desmatamento na Amazônia. SIMPÓSIO: **ALTERNATIVAS AO DESMATAMENTO.** Belém, 1988. 32p.

A NATUREZA é o negócio da década. **Exame**, [São Paulo], p. 42-49, jul. 1991.

ANDERSON, Anthony B. Estratégias de uso da terra para reservas extrativistas da Amazônia. **Pará Desenvolvimento**, Belém, n. 25. P. 30-36. jan./dez. 1989.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E PROGRAMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe. **Nossa Própria Agenda**. [Rio de Janeiro], 1990.

BECKER, K. Bertha. **Estudo geopolítico contemporâneo da Amazônia**. Belém: [s.n.], 1989. 65p. (não publicado)

BOLETIM DO CNS. Rio Branco: Conselho Nacional do Seringueiro, n. 1 jan. 1993.

BOLETIM DO CNS. Rio Branco: Conselho Nacional do Seringueiro, n. 2 fev. 1993.

BRASIL, Presidência da República. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O desafio do desenvolvimento sustentável**: Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília, 1991. 294p.

BROWDER, John O. The limits of extractivism. **BioScience**. Virginia, v. 42, n.3. p.174-181, mar. 1992.

BROWN, Lester R. O planejamento de uma sociedade sustentável. In: _____. **Salve o Planeta**, São Paulo: Globo, 1990. p.217-238.

CABARLE, B. J. La silvicultura comunitária y la ecologia social del desarrollo. **Dessarollo de Base**, [S.1.], v.15, n.3, p4-10, 1991.

CARTA de Curitiba. In: SEMINÁRIO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA, 1988, Curitiba. **Anais...** Curitiba : IEA, 1988.

CASTELLS, Manoel. Mistificação ideológica e contradições sociais: o movimento de ação ecológica nos E.U.A. **Cadernos de ecologia e sociedade**. v. 4, p. 71-91, jan. 1976.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO/COMISSÃO DE REFUGIADOS DE ÁREAS DE BARRAGENS. **Educação Ambiental**: uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade. São Paulo: [s.n], 1992.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. Poronga Comunicação e Editoração Ltda. **Diretrizes para um programa de reservas extrativistas na Amazônia**. Rio Branco,

_____. Chico Mendes: a trajetória de uma liderança. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 175-186, jan./jun. 1992.

CTA. Centro de Trabalhadores da Amazônia. **Jornal do Seringueiro**. Rio Branco, jun. 1990.

DIEGUES, Antonio C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis : da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. v. 6, n. 1 e 2, p.22-29, jan./jun. 1992.

DUARTE, Élio G. **Conflitos pela terra no Acre**. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987.

DUBOIS, Jean C. L. Sistemas Agroflorestais: sua importância para as reservas extrativistas. [s.l.]:[s.n.] (não publicado).

ECO. Rio de Janeiro : Brasís Editora , v.1, n.0, jun.1992.

ECOTEC (Tecnologias Ecológicas), CNS. **Projeto Castanha**: estratégias para aumentar os retornos econômicos de populações extrativistas através do beneficiamento descentralizado da castanha. Xapuri 1990. 11p. (não publicado)

FASE. **O Testamento do Homem da Floresta**: Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro, 1989, 71p.

FEARNSIDE, Philip M. Reservas Extrativistas: uma estratégia de uso sustentado. **Ciência Hoje**. São Paulo. n. 81, p.15-17, mai./jun. 1992.

FIEPA (Confederação das Indústrias do Estado do Pará). **Algumas considerações sobre a “questão ambiental amazônica e o desenvolvimento sustentável.”** Belém, 1992. 27p. (Documento preparatório à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento).

HECHT, Suzana. Desenvolvimento e conservação do meio ambiente: uma alternativa viável para a Amazônia. In: SEMINÁRIO. 1987, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco : IMAC, 1987.

HOMMA, A.K. O. Reservas Extrativistas: uma opção de desenvolvimento viável para a Amazônia? **Para Desenvolvimento**. n. 25, p.38-47, jan./dez. 1989.

_____. **A extração de recursos naturais renováveis**: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia. Viçosa: UFV, 1989, 575p. Tese (Doutorado em Economia Agrícola) – Universidade Federal de Viçosa, 1989.

_____. A sustentabilidade do sistema extrativista na floresta amazônica. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS AMBIENTAIS EM FLORESTAS TROPICAIS ÚMIDAS, 1. Manaus. **ANAIS**. Manaus, 1990. P.169-181.

_____. Oportunidades, limitaciones y estrategias para la economia extractiva vegetal en la Amazonia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MEIO AMBIENTE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA. **ANAIS...** Belém : Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 1992. P.252-256.

INTERIOR de São Paulo aposta na Seringueira. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 de mar. De 1991.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Reservas Extrativistas**. Brasília, 1986. (Minuta de proposta com vistas à integração dos órgãos participantes no desenvolvimento do projeto).

KAGEIAMA, Paulo. Ilhas de alta produtividade em reservas extrativistas. SEMINÁRIO, 1990, Rio Branco. **Critérios mínimos para licenciamento de atividades econômicas**. Rio Branco, 1990. 3p.

LEFLEUR, James. **Projeto de Apoio a Desenvolvimento da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri Ltda.** Recife, 1989. (não publicado)

LIGAÇÃO. São Bernardo do Campo : Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, v. 1, n. 3, jan./mar. 1990.

MENDOZA, R. **Conservación ambiental y desarrollo sostenido.** Quito: Ediguías C., 1989. 144p.

MENEZES, Mário A. Reservas Extrativistas : por uma reforma agrária ecológica. **Ciência Hoje.** São Paulo, v.11, n. 64, p.4-6, jun./jul. 1990.

MILONE, Paulo César. Desenvolvimento sustentável e população. **Informações FIPE.** N. 151, p.18-19, abr. 1993.

OLIVEIRA, Luiz A. P. de. **O Sertanejo, o Brabo e o Possreiro** (os cem anos de andanças de população acreana). Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1985. 101p.

RÊGO, José Fernandes do. **Estado capitalista e políticas públicas (Estado brasileiro, processo de ocupação capitalista e extrativismo de borracha na Amazônia).** Campina Grande: UFPB, 1992. 470p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, 1992.

RODRIGUES, Gomercindo C. G. Calem a boca, seus incompetentes! **A Gazeta,** Rio Branco, 08 de jul. de 1993. 1] Caderno, p.3.

SALES, Ana Luzia Soares de. A influência dos desmatamentos a cultura agrícola dos seringais sob o ponto de vista dos seringueiros. Rio Branco : UFAC, 1990. (Relatório final de pesquisa cultural). (não publicado)

SILVA, Écio R. **Projeto de Dissertação**: estudo sócio-econômico da Reserva Extrativista do São Luiz do Remanso, Rio Branco-Ac. Curitiba, 1992.

SOUZA, Ricardo da S. **A Participação da Produção Extrativista na Economia do Acre**. Rio Branco: UFAC, 1990. Monografia (Graduação em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Acre, 1990.

VIANA, Jorge, ALVES, Antônio. A República do Acre. **Teoria e Debate**. V. 15, p.2-7, ago. 1991.

VIANA, Virgílio M. Manejo Integrado dos Recursos Florestais nas Reservas Extrativistas (A Questão da Extração de Madeira). In: SEMINÁRIO SOBRE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS PARA RESERVAS EXTRATIVISTAS, 1991, Rio Branco. **ANAIS...** Rio Branco : CNS/IEA, 1991.